

PLANO DE INTEGRIDADE - PREVINE NITERÓI
PÚBLICO ALVO: ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
PLANILHA CONTENDO AÇÕES, RISCOS ASSOCIADOS, SUGESTÕES DE AÇÕES MITIGATÓRIAS E DE INDICADORES
Fundação de Artes de Niterói – FAN

Pilar I – Ações executadas no Plano de 100 dias da gestão 2021-2024 <small>[As ações referentes a este Pilar, foram executadas no âmbito do "Previne Niterói 2021/2022", portanto, o Pilar fica sem utilização neste biênio (2023/2024) e em outros subsequentes].</small>	EIXO	Riscos Associados	Sugestões de Ações Mitigatórias	Sugestões de Indicadores	Origem da ação	ODS	ESG	NQQ	Modelo das 3 Linhas
Pilar II – Ações determinadas pela Controladoria Geral do Município									
Pilar II.I. – Ações comuns a toda administração	EIXO	Riscos Associados	Sugestões de Ações Mitigatórias	Sugestões de Indicadores	Origem da ação	ODS	ESG	NQQ	Modelo das 3 Linhas
1. Demonstrar comprometimento da Alta Administração através da assinatura o Termo de Compromisso relativamente execução das ações de integridade e Compliance "Previne Niterói" (biênio 2023/2024), assim como a participação, treinamentos e capacitações sobre temas ligados à integridade e compliance evidenciando apoio manifesto na implementação e no fortalecimento Cultura de Integridade e Compliance no ambiente do órgão/entidade do Município.	EIXO 1	(I) Ausência de apoio explícito da Alta administração na implementação das ações do Plano de Integridade Previne Niterói (2023/2024) comprometendo a disseminação da cultura de integridade no órgão/entidade; (II) Inefetividade no cumprimento da política de integridade e compliance conforme determina a Lei Municipal nº 3.466/2020 e Decreto Municipal nº 13.877/2021. (III) Inobservância da Lei Municipal nº 3.466/2020, que Institui a Política de Promoção de Integridade e Compliance do Município de Niterói (Art. 8º, Inciso III) e o Decreto nº 13.877/2021, que regulamenta o Plano de Integridade do Município de Niterói (Art. 8º, Inciso IV).	(I) Assinatura do Termo de Compromisso pela Alta Administração; (II) Participação dos integrantes da Alta Administração em eventos nacionais e internacionais, treinamentos e capacitações relacionados aos temas de integridade, compliance e correlatos.	(I) Termo de Compromisso assinado pelo Secretário/Presidente. (II) Quantidade de eventos, capacitações e treinamentos realizados pelos integrantes da Alta Administração dos órgãos/entidades.	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
2. Incentivar os integrantes da Rede de Controle Interno (RECONIT); Rede de Planejamento (PlaNit); Rede de Administradores do e-ciga; Rede de Agentes de Contratação; Rede de Orçamento; Rede de Contabilidade e outros; servidores designados para exercer as atribuições de Fiscais de Contrato e demais servidores a se capacitarem, preferencialmente, através das "Jornadas de Certificação" da Escola de Governo e Gestão (EGG-Niterói) e em outras instituições: Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECE-TCE-RJ) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).	EIXO 3	(I) Ineficiência das Redes Municipais devido à ausência de servidores capacitados para exercarem suas funções operacionais e administrativas de forma célere e competente; (II) Ausência de Fiscais de Contratos devidamente capacitados para a realização de suas funções e sem conhecimento dos termos do instrumento contratual.	Realização de capacitações pelos integrantes das Redes, Fiscais de Contratos e demais servidores, preferencialmente através das "Jornadas de Certificação" da Escola de Governo e Gestão (EGG-Niterói); e em outras instituições: Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ (ECE-TCE-RJ) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).	(I) Número de servidores pertencentes às Redes e demais servidores capacitados pela EGG e/ou ECG-TCE-RJ e ENAP; (II) Quantidade de servidores designados para atuar como Fiscais de Contrato que foram devidamente capacitados e treinados para desempenharem suas funções.	CGM	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
3. Elaborar Protocolo de Admissão de novos servidores visando o estabelecimento de ações que vedem nepotismo, tráfico de influência e conflito de interesse nos órgãos da administração direta e indireta do município de Niterói, mediante a realização de Due diligence, assim como, proporcionar o adequado conhecimento da estrutura e atribuições do cargo.	EIXO 3	Descumprimento do Decreto Municipal nº 14.293/2022, que institui o Código de Ética e Integridade do Agente Público Municipal, especialmente no que se refere ao nepotismo, tráfico de influência e conflito de interesse nos órgãos da administração direta e indireta do município de Niterói e, da mesma forma, quanto à falta de conhecimento dos princípios que norteiam a atuação do agente público.	Elaboração e atualização de Protocolos de admissão de novos servidores visando evitar possíveis situações que podem configurar como nepotismo, tráfico de influência e conflito de interesse nos órgãos/entidades do Poder Executivo de Niterói.	Protocolos elaborados e publicados no site do órgão/entidade.	CGM	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
4. Disponibilizar (caso o órgão/entidade, tenha arrecadação de receita) em seu Site oficial (caso tenha) e no Portal da Transparência as informações pormenorizadas quanto à receita do órgão/entidade, compreendendo, no mínimo, dados e valores relativos à: receita pública arrecadada; receita pública prevista na LOA; Classificação orçamentária, especificando a natureza da receita (categoria econômica, origem e espécie).	EIXO 3	Descumprimento da Lei Municipal nº 3.084/2014, que disciplina, no âmbito do Município de Niterói, os procedimentos para a garantia do acesso à informação (Art. 7º inciso IV, § 2º) e da Lei Federal 12.527/2012, que regula o acesso a informações sobre transparência (Art. 8º, inciso IV, § 2º).	Disponibilização no Site institucional do órgão/entidade e envio tempestivo de informações pormenorizadas quanto à receita do órgão/entidade, compreendendo, no mínimo, dados e valores relativos à: receita pública arrecadada; receita pública prevista na LOA; Classificação orçamentária, especificando a natureza da receita para serem disponibilizadas no Portal da Transparência do Município.	Link ou Captura de tela do site institucional do órgão/entidade e do Portal de Transparência do Município.	Lei Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
5. Divulgar, em seção específica no site oficial (caso tenha) e no Portal da Transparência, as informações relativas às transferências voluntárias (p. ex. convênios ou instrumentos congêneres) recebidas de outros órgãos e entidades públicas ou privados, contendo: Objeto; valor do repasse; origem dos recursos; data do repasse.	EIXO 3	Descumprimento da Lei Municipal nº 3.084/2014, que disciplina o Acesso à informação do Município de Niterói, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 que regula o acesso a informações, observando o disposto nos arts. 7º e 8º.	Disponibilização em seção específica do Site institucional do órgão/entidade e envio tempestivo de informações relativas às transferências voluntárias para o Portal da Transparência observando Lei Municipal nº 3.084/2014 e a Lei Federal nº 12.527/2011.	Link ou Captura de tela do site institucional do órgão/entidade e/ou do Portal de Transparência do Município com informações relativas às transferências.	Lei Federal e Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha

6. Divulgar tempestivamente em seu Site oficial (caso tenha) e no Portal da Transparência informações relacionadas à administração de recursos humanos do órgão ou entidade, da seguinte forma: relação nominal dos servidores; indicação de cargo e/ou função desempenhada pelo servidor; indicação da lotação por servidor.	EIXO 3	Descumprimento da Lei nº 3.084/2014, que disciplina o Acesso a informação do Município de Niterói e da Lei e da Lei Orgânica do Município de Niterói de 4 de abril de 1990 (Art. 316, § 5º).	Disponibilização no Site institucional do órgão/entidade e envio tempestivo de informações relacionadas à administração de recursos humanos do órgão/entidade em observância a Lei Municipal nº 3.084/2014 e a Lei Orgânica do Município.	Link ou Captura de tela do site institucional do órgão/entidade e do Portal de Transparência do Município com informações relacionadas à administração de recursos humanos do órgão/entidade.	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
7. Disponibilizar tempestivamente no Site oficial do órgão (caso tenha) ou entidade e no Portal da Transparência todos os contratos, ativos, processos de dispensa de licitação; processos de inexigibilidade de licitação; atas de adesão aos sistemas de registros de preços; resultado dos editais de licitação com indicação de vencedor e valor; informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado); relação das licitações fracassadas e/ou desertas.	EIXO 3	Possível violação das normas e regulamentações aplicáveis que exigem a transparência relativamente a divulgação dos editais de licitação; dos processos de dispensa, dos processos de inexigibilidade, atas de adesão aos sistemas de registros de preços, dos resultado dos editais com indicação de vencedor e valor; informação acerca da situação do certame, relação das licitações fracassadas e/ou desertas.	Disponibilização no Site institucional do órgão/entidade e envio tempestivo de informações relacionadas aos editais de licitação; processos de dispensa; processos de inexigibilidade; atas de adesão aos sistemas de registros de preços; resultado dos editais com indicação de vencedor e valor; informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado); relação das licitações fracassadas e/ou desertas.	Link ou Captura de tela do site institucional do órgão/entidade e do Portal de Transparência do Município com informações relacionadas aos editais de licitação; processos de dispensa e de inexigibilidade; atas de adesão aos sistemas de registros de preços; resultado dos editais com indicação de vencedor e valor; informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado); relação das licitações fracassadas e/ou desertas.	CGM	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
8. Gerenciar riscos em nível estratégico com base em metodologias predefinidas, inclusive, elaboradas pela própria CGM (disponível em seu Portal) suportadas pelas melhores práticas nacionais e internacionais que englobem, no mínimo, as seguintes etapas: (I) Diagnóstico de ambiente interno e externo e fixação de objetivos; (II) Identificação e Registro de Riscos; (III) Análise dos Riscos; (IV) Tratamento e Monitoramento das propostas de ação e/ou contingências.	EIXO 2	Possível ocorrência de impactos negativos no cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas do órgão/entidade, em virtude da ausência de planejamento para lidar com eventos (riscos) adversos que podem levar a perdas financeiras, reputação e imagem com consequências graves para os órgãos/entidades e seus respectivos gestores.	Utilização da "Metodologia Previne: gestão, riscos e controle – instrumento administrativo de prevenção e gerenciamento de riscos" instituída pela Portaria nº 029/CGM/2022, disponível no Site institucional da CGM, para auxiliar no gerenciamento de riscos no órgão/entidade.	Preenchimento dos Instrumentos de gerenciamento de riscos, preferencialmente os disponibilizados nos anexos da "Metodologia Previne Niterói" para realizar: (I) Diagnóstico de ambiente interno e externo e fixação de objetivos; (II) Identificação e Registro de Riscos; (III) Análise dos Riscos; (IV) Tratamento e Monitoramento das propostas de ação e/ou contingências (NRM).	Portaria CGM	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
9. Fomentar a adesão de fornecedores dos órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Niterói à Política de Integridade e Compliance, denominada PREVINE NITERÓI, considerando que a Política de Integridade e compliance no Município é extensiva às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e pessoas jurídicas de direito privado que vierem a contratar com administração pública, de modo a garantir a qualidade e a execução das contratações, conforme Lei Federal nº 12.846/2013, a Lei Municipal nº 3.466/2020 e o Decreto Municipal nº 14.235/2021.	EIXO 3	(I) Descumprimento e/ou inobservância da Lei Federal nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção (Art. 7º, Inciso VIII); (II) Inobservância do Decreto nº 14.235/2021, que regulamenta o Programa de Integridade no âmbito das organizações sociais e pessoas jurídicas de direito privado estabelecidas em Niterói e/ou que vierem a contratar com o Município.	(I) Realização de eventos/campanhas e/ou notificação pelos canais oficiais, aos principais fornecedores, com claro estímulo e direcionamento para adesão ao "Previne Niterói" de modo a garantir a qualidade e a execução das contratações públicas, conforme Lei Federal nº 12.846/2013, a Lei Municipal nº 3.466/2020 e o Decreto Municipal nº 14.235/2021; (II) Disponibilização e/ou envio de informações sobre a implementação da Política de Integridade e Compliance aos principais fornecedores como forma de sensibilização para a implementação de mecanismos e processos de Integridade e compliance.	(I) Número eventos e/ou campanhas direcionadas para os principais fornecedores relativamente ao tema Integridade, Compliance e correlatos; (II) Número de notificações oficiais e/ou envio de informações sobre a Política de Integridade e Compliance aos principais fornecedores.	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
10. Utilizar adequadamente as ferramentas disponibilizadas pela CGM e PGM relacionadas a Licitações e Contratações, quais sejam: Termos de Requisitos Mínimos (TRMs), Guias de Identificação de Riscos (GIRs), conforme os Decretos Municipais nº 13. 269/2019 e nº 13.704/2020 e as Minutas Padrão disponibilizadas pela PGM.	EIXO 2	(I) Instrução processual realizada de forma inadequada devido à inobservância dos Requisitos Mínimos determinados pela CGM, visando minimizar os principais riscos a que os gestores estão expostos que podem comprometer os objetivos do órgão/entidade e gerar irregularidades; (II) Descumprimento do Decreto Municipal nº 13.269/2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização Termos de Requisitos Mínimos (TRMs) e Decreto Municipal nº 13.704/2020 que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização dos Guias de Identificação de Risco, bem como as formas de mitigação (GIRs).	Utilização adequada das ferramentas disponibilizadas e atualizadas pela CGM, disponíveis em seu Site institucional relacionadas a Licitações e Contratações, conforme os Decretos Municipais nº 13. 269/2019 e nº 13.704/2020 e as minutas padrão disponibilizadas pela PGM.	Redução de achados/impropriedades em prestações de contas e em avaliações de auditorias	CGM	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
11. Atender às determinações dos órgãos de Controle Externo de forma qualitativa e tempestiva visando reduzir o número de representações em face de editais de licitação de Niterói JUNTO AO TCE/RJ, bem como a quantidade de exames reiterados por aquele Tribunal, em atendimento aos riscos mais comuns, levantados nas decisões da Corte de Contas.	EIXO 3	(I) Perda de tempo com inúmeras tramitações entre o órgão/entidade e o TCE-RJ; (II) Possível aplicação de multa ao gestor da pasta e ao prefeito; (III) Possível abertura de Tomada de Contas; (IV) Possível suspensão de procedimentos licitatórios; (V) Possível necessidade de devolução de recursos ao erário.	Formular/adaptar a ferramenta denominada MMAR (Mapa de Monitoramento de Atendimento às recomendações) como subsídio aos gestores dos órgãos e entidades para sistematizar e acompanhar as recomendações/solicitações advindas dos órgãos de controle externo (TCE-RJ), sendo utilizado para posterior monitoramento do cumprimento destas recomendações.	Nº de tramitações de Editais ao TCE-RJ; Nº de aplicações de multas; Nº de licitações suspensas; Nº de aberturas de Tomadas de Contas; Valores de recursos devolvidos ao erário.	TCE-RJ	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha

12. Atender, de forma tempestiva e qualitativa, as manifestações oriundas dos cidadãos através dos canais de ouvidoria, visando atingir o percentual mínimo de 70% da resolubilidade das manifestações oriundas dos canais de ouvidoria (manifestações resolvidas pelo nº de manifestações cadastradas).	EIXO 3	(I) Não cumprimento da Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública; (II) Ausência ou ineficiência da capacidade dos recursos técnicos e humanos para lidar e/ou responder tempestivamente o volume de manifestações oriundas dos canais de ouvidoria, comprometendo assim, o atingimento da meta traçada de atingir o percentual de 70% da resolubilidade das manifestações.	(I) Melhoria dos indicadores de monitoramento e resultados referente ao tempo médio de resposta e percentual de respostas dadas aos usuários pelos órgãos e entidades; (II) Aprimorar os procedimentos e os fluxos das manifestações oriundas dos canais de manifestação visando maximizar a capacidade de resolubilidade dos canais de ouvidoria.	(I) Relatório de ouvidoria com a taxa de resolubilidade das manifestações oriundas dos canais de ouvidoria elaborado; (II) Comparativo de % da resolubilidade das manifestações oriundas dos canais de ouvidoria.	Lei Federal	16	R. Social	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
13. Designar por Portaria, responsáveis setoriais e seus suplentes, que terão atribuições precisas ao tratamento dos dados pessoais, nos termos do disposto no inciso III do artigo 23 e no artigo 41 da LGPD, devendo ser dada transparência e publicidade desta designação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação do Decreto Municipal 15.302/2024(art.10.)	EIXO 1	i. Inoperacionalidade da Comissão de Proteção de Dados em virtude da demora e/ou do não encaminhamento de pelo menos 1 (um) responsável setorial e 1 (um) suplente, mediante capacitação obrigatória, no prazo determinado, comprometendo assim, a operacionalidade da Comissão; ii. Ausência de capacitação dos responsáveis setoriais e seus suplentes encaminhados à Comissão de Proteção de Dados.	Indicar servidores encarregados/substitutos que possuem perfil mínimo no que se refere ao conhecimento das bases de dados, digitais e não digitais, existentes no órgão ou entidade; acesso ao nível estratégico do órgão ou entidade; disponibilidade para participar das capacitações que serão indicadas.	(I) Responsáveis setoriais e seus suplentes selecionados e publicizados no D.O do Município no prazo estipulado; (II) Número de responsáveis setoriais e seus suplentes capacitados.	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
14. Estabelecer Plano de Adequação com a operacionalização à LGPD conforme as competências desenvolvidas e estabelecidas por pressupostos normativos editados pela Comissão de Proteção de Dados em atendimento ao art.15 do decreto Municipal nº 15.302/2024.	EIXO 3	i. Não observância do art. 15 do Decreto Municipal nº 15.302/2024, que dispõe sobre as diretrizes, procedimentos, medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na LGPD no âmbito do Poder Executivo Municipal. ii. Recursos humanos, financeiros e tecnológicos insuficientes para a implementação das medidas de proteção de dados como: servidores não capacitados; tecnologia inadequada e orçamento insuficiente que podem comprometer a implementação de medidas de segurança de dados para cumprir as exigências regulatórias.	Leitura, interpretação e discussão do conteúdo do Decreto Municipal nº 15.302/2024 que estabelece a Política de Governança de Proteção de Dados Pessoais, diretrizes, procedimentos, medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na LGPD no âmbito do Poder Executivo Municipal, visando a garantia da proteção de dados pessoais, como previsto no Art. 1º, do citado Decreto.	Plano de adequação com a operacionalização à LGPD elaborado e publicizado nos canais oficiais do órgão.	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
15. Observar o compromisso com a integridade e a transparência na relação com fornecedores, em consonância com o Decreto Municipal nº 14.293/2022, que institui o Código de Ética e Integridade do Agente Público Municipal.	EIXO1	Descumprimento do Decreto Municipal nº 14.293/2022, que institui o Código de Ética e Integridade do Agente Público Municipal, em especial o Capítulo VII - que versa sobre a relacionamento com fornecedores (Art. 13, Incisos, I, III, IV, VIII).	Zelar para que as tratativas com fornecedores que contratam e/ou venham a contratar com a administração pública municipal ocorra de forma a observar os 05 princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Efetividade (LIMPE) em observância ao Almanaque do Código de Ética e Integridade do Agente Público Municipal.	Atas de reuniões com fornecedores, quando realizados presencialmente; E-mails trocados com fornecedores;	Decreto Municipal	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
Pilar II.B. Ações específicas/individualizadas da entidade ou órgão	EIXO	Riscos Associados	Sugestões de Ações Mitigatórias	Sugestões de Indicadores	Origem da ação	ODS	ESG	NQQ	Modelo das 3 Linhas
1. Verificar mensalmente se há pendências registradas nas conciliações bancárias quanto às despesas e receitas não contabilizadas.	EIXO 2	Inconsistências nas conciliações bancárias e divergências entre extratos e modelos declaratórios a serem encaminhados ao TCE-RJ.	Realização de monitoramentos mensais dos extratos de contas equivalentes às razões bancárias.	Extratos mensais das contas bancárias da FAN.	GIR002	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
2. Circularizar junto aos bancos em que a administração indireta tem com conta, preferencialmente em outubro de cada ano, visando identificar possíveis inconsistências nos registros contábeis da Administração Municipal.	EIXO 2	Inconsistências nas conciliações bancárias e divergências entre extratos e modelos declaratórios a serem encaminhados ao TCE-RJ.	Monitorar, preferencialmente em outubro de cada ano, as contas bancárias visando verificar se há correspondência com os registros contábeis da Administração Municipal.	Extrato das contas bancárias da FAN.	TCE-RJ	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
Pilar III. Ações identificadas pelo próprio órgão da Administração direta	EIXO	Riscos Associados	Sugestões de Ações Mitigatórias	Sugestões de Indicadores	Origem da ação	ODS	ESG	NQQ	Modelo das 3 Linhas
1. Elaborar uma matriz de probabilidade e impacto que identifique e classifique os eventos de assédio (moral, sexual e/ou virtual) na entidade.	EIXO 3	(I) Rotatividade e/ou absenteísmo de funcionários devido à ocorrência de episódios de assédio na entidade; (II) Incapacidade de identificar situações e eventos que possam gerar e/ou ser considerados como assédio em suas múltiplas manifestações.	(I) Realizar treinamentos regulares sobre conscientização e prevenção de assédio para todos os colaboradores da empresa, incluindo gestores e funcionários de todos os níveis hierárquicos. Esses treinamentos devem destacar o que constitui assédio, os diferentes tipos de assédio (sexual, moral, etc.) e as consequências para quem cometer tais atos; (II) Elaboração da matriz de probabilidade e impacto que identifique e classifique os eventos de assédio visando mitigar possíveis situações de assédio.	(I) Relatório de atividades da organização quanto aos treinamentos sobre conscientização e prevenção de assédio elaborado; (II) Matriz de probabilidade e impacto que identifique e classifique os eventos de assédio elaborada.	FAN	16	R. Social	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
2. Orientar os servidores da entidade a não divulgarem o número pessoal de telefone de terceiros sem o consentimento do titular, em observância à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).	EIXO 3	(I) Violação do Decreto nº 13.709/2018 (LGPD); (II) Vazamento do número pessoal sem a devida autorização do titular.	(I) Sensibilização e treinamento: Promover treinamentos regulares sobre proteção de dados e privacidade para todos os servidores públicos. Esses treinamentos devem abordar as leis de proteção de dados relevantes, as políticas internas da instituição e os procedimentos adequados para lidar com informações pessoais; (II) Políticas claras de privacidade e proteção de dados: Desenvolver e comunicar políticas internas detalhadas que estabeleçam como os dados pessoais devem ser tratados, protegidos e compartilhados. As políticas devem destacar a importância do consentimento do titular antes de divulgar suas informações pessoais.	Número de campanhas internas, folhens e cartazes conscientizando sobre a não divulgação do número pessoal dos servidores elaborados e divulgados.	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha

<p>3. Capacitar servidores responsáveis pelo Controle Interno Setorial através da "Jornada de Certificação dos Agentes da Rede de Controle interno" disponível na Escola de Governo e Gestão de Niterói (EGG), visando aprimorar suas habilidades e competências técnicas.</p>	EIXO 1	<p>(I) Tomada de decisões inadequadas: Um servidor público que não possui o conhecimento necessário para o cargo pode tomar decisões equivocadas ou baseadas em suposições, o que pode levar a resultados indesejados ou até mesmo prejudiciais para a instituição e para os cidadãos;</p> <p>(II) Falta de inovação e melhoria contínua: A falta de conhecimento pode impedir a instituição de adotar práticas atualizadas, novas tecnologias e melhores métodos de trabalho, dificultando a inovação e a busca pela melhoria contínua;</p> <p>(III) Ineficiência da Unidade de Controle Interno Setorial devido à ausência de servidores capacitados para exercerem suas funções operacionais e administrativas de forma célere e competente;</p> <p>(IV) Ausência de servidores de controle interno devidamente capacitados para a realização de suas funções e sem conhecimento dos termos aplicáveis.</p>	<p>Participar de Programas de capacitação e treinamentos como a "Jornada de Certificação dos Agentes da Rede de Controle interno" visando desenvolver e implementar novas habilidades e competências na Administração Pública.</p>	<p>Servidores responsáveis pelo Controle Interno Setorial capacitados através da "Jornada de Certificação dos Agentes da Rede de Controle interno" disponível na Escola de Governo e Gestão de Niterói (EGG).</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>4. Realizar oficinas internas (Rodas de Conversa) sobre datas alusivas a campanhas nacionais/internacionais como: "Janeiro branco" (chamada de atenção para o tema da Saúde Mental); "Maio amarelo" (conscientização para a redução de acidentes de trânsito); "Outubro Rosa" (conscientização sobre a importância da prevenção/diagnóstico precoce do câncer de mama e de colo do útero); "Novembro azul" (conscientização em relação aos a realização dos exames de prevenção contra o câncer de próstata).</p>	EIXO 1	<p>(I) Falta de conscientização: A ausência de oficinas ou rodas de conversa pode resultar em falta de conscientização sobre temas importantes, como saúde mental, segurança no trânsito e prevenção do câncer. Isso pode levar a uma falta de compreensão sobre a gravidade dessas questões e a importância de adotar comportamentos saudáveis e seguros;</p> <p>(II) Perda de oportunidade de engajamento: As campanhas nacionais/internacionais oferecem uma oportunidade valiosa de engajar os funcionários em questões de interesse público e de relevância social. A falta de oficinas internas pode desperdiçar essa oportunidade de envolver os colaboradores em discussões construtivas e ações práticas;</p> <p>(III) Falta de familiaridade ou deficiência na conscientização dos funcionários acerca de datas significativas, relacionadas a campanhas de âmbito nacional e internacional que têm como propósito fomentar o bem-estar tanto físico quanto mental no ambiente laboral e na sociedade em geral.</p>	<p>(I) Criação de grupos de trabalho: Formar grupos de trabalho ou comitês dedicados a planejar e coordenar as atividades relacionadas às campanhas específicas. Esses grupos podem ser compostos por representantes de diferentes departamentos e níveis hierárquicos.</p> <p>(II) Capacitação de facilitadores internos: Identificar colaboradores que possuam conhecimento e interesse nos temas das campanhas e capacite-os como facilitadores. Eles podem liderar oficinas internas e rodas de conversa, promovendo discussões e sensibilização entre os demais colegas.</p>	<p>Relatório contendo fotos, datas e outros dados dos eventos realizados elaborado.</p>	FAN	16	R. Social	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>5. Promover a adequação dos portais eletrônicos oficiais aos princípios e às regras de transparência estabelecidos na legislação.</p>	EIXO 1	<p>1. Falta de Prestação de Contas: A transparência é fundamental para a prestação de contas adequada. Quando os portais eletrônicos oficiais não são transparentes, os gestores públicos têm menos escrutínio e responsabilidade em relação aos seus atos. 2. Desconfiança Pública: A falta de transparência pode minar a confiança do público nas instituições governamentais. Quando os cidadãos não têm acesso a informações sobre como o governo opera e toma decisões, eles podem ficar desconfiados e céticos em relação às autoridades</p>	<p>1. Realizar auditorias e avaliações periódicas dos portais eletrônicos para identificar áreas que precisam ser aprimoradas em termos de transparência.</p> <p>2. Fornecer treinamento para funcionários sobre a importância e como cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Município.</p>	<p>Averiguação anual nos portais eletrônicos oficiais acerca das regras de transparência.</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>6. Divulgar em seu site a estrutura organizacional e competências das Unidades, titulares de cargos de direção superior, com os respectivos currículos, endereço, telefone e e-mail das Unidades, com o horário de atendimento ao público.</p>	EIXO 3	<p>(I) falta de transparência por parte da empresa. Isso pode levar a desconfiança por parte da Administração Pública;</p> <p>(II) desconfiança do público na competência e expertise da Organização;</p> <p>(III) insegurança sobre a qualificação dos profissionais envolvidos.</p>	<p>Manter o site atualizado, fornecendo informações claras sobre a estrutura organizacional, competências das unidades, currículos dos titulares de cargos de direção superior, bem como as informações de contato e horário de atendimento ao público.</p>	<p>Compartilhamento da URL site para verificação.</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>7. Utilizar o portal do servidor, telefone institucional ou email institucional nas comunicações internas, para evitar o uso de dados pessoais na comunicação, em observância à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD).</p>	EIXO 3	<p>(I) Vazamento de dados pessoais: Ao utilizar canais não institucionais, como aplicativos de mensagens pessoais, os dados pessoais dos colaboradores podem ser compartilhados de forma inadequada ou até mesmo serem expostos a terceiros não autorizados, resultando em vazamento de informações;</p> <p>(II) Ocorrência de phishing e ataques cibernéticos: O uso de canais não oficiais pode aumentar o risco de phishing e ataques cibernéticos;</p> <p>(III) Alta probabilidade dos colaboradores receberem mensagens de phishing disfarçadas de comunicações internas, levando-os a divulgar informações sensíveis sem perceber.</p>	<p>(I) Desenvolver uma política clara e abrangente de comunicações internas que estabeleça o uso exclusivo de canais institucionais, como o portal do servidor, telefone institucional ou e-mail institucional, para o compartilhamento de informações relacionadas aos colaboradores;</p> <p>(II) Garantir que os canais institucionais utilizados para a comunicação interna sejam seguros e protegidos contra acessos não autorizados. Utilize criptografia e outras medidas de segurança para garantir a confidencialidade das informações compartilhadas.</p>	<p>Relatórios de que os canais e telefones institucionais estão sendo utilizados de maneira correta;</p> <p>(II) % de servidores com e-mails institucionais;</p> <p>(III) Comunicação Interna informando aos servidores sobre o uso do portal do servidor, telefone institucional ou email institucional nas comunicações internas, para evitar o uso de dados pessoais na comunicação;</p> <p>(IV) % de servidores que tomaram conhecimento da CI sobre a uso dos canais institucionais nas comunicações internas e externas.</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>8. Realizar o pagamento ou o cancelamento, com a devida justificativa, de saldos anteriores a 2022 existentes no Relatório de Restos a Pagar Processados e Não Processados de 31 de dezembro de 2022.</p>	EIXO 2	<p>(I) Descumprimento de obrigações legais e orçamentárias. Isso pode resultar em sanções legais, fiscalização mais rigorosa e penalidades para a instituição;</p> <p>(II) Prejuízos financeiros, pois muitas vezes eles incluem serviços ou bens já entregues ou prestados;</p> <p>(III) afetar o orçamento futuro da instituição. A falta de controle sobre esses compromissos pode resultar em dificuldades para honrar novos compromissos orçamentários.</p>	<p>(I) Priorizar o pagamento de restos a pagar que envolvem bens e serviços já entregues ou prestados, evitando acúmulo de valores que possam gerar prejuízos futuros.</p> <p>(II) Identificar e justificar adequadamente os casos em que o cancelamento de restos a pagar seja necessário, seguindo critérios legais e orçamentários estabelecidos.</p> <p>(III) Priorizar o cumprimento das obrigações legais e orçamentárias para evitar sanções e penalidades.</p>	<p>Planilha com pagamento ou cancelamento dos restos a pagar não processados elaborada. Saldos anteriores a 2022 pagos ou cancelados, com a devida justificativa.</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha
<p>9. Fomentar a utilização do Pregão Eletrônico para aquisição ou contratações de bens ou serviços comuns, conforme orientação do TCE/RJ (Processo nº 213.626/5/2020 e Acórdãos TCU nº 2.174/2012 - Plenário e nº 11.197/2011 - 2ª Câmara).</p>	EIXO 2	<p>(I) Aquisições ou contratações com valores acima dos praticados no mercado, resultando em desperdício de recursos públicos;</p> <p>(II) Questionamentos quanto à transparência dos processos de aquisição ou contratação.</p>	<p>(I) Garantir que o órgão ou entidade pública siga as orientações do TCE/RJ, bem como os acordãos do TCU, e fomente a utilização do Pregão Eletrônico para aquisição ou contratações de bens ou serviços comuns, sempre que for a modalidade mais adequada e vantajosa;</p> <p>(II) Promover a capacitação dos servidores envolvidos nos processos licitatórios, assegurando o cumprimento das normas e procedimentos legais.</p>	<p>% de servidores membros da CPL certificados</p>	FAN	16	Governança	N. Eficiente e Comprometida	1ª Linha ou 2ª Linha

<p>10. Observar, em todas as fases da licitação e na execução do contrato, o princípio da segregação de funções.</p>	<p>EIXO 2</p>	<p>(I) Fraudes e atos de corrupção, uma vez que uma mesma pessoa pode ter acesso a diferentes etapas do processo licitatório, possibilitando manipulação de informações e favorecimento a determinados fornecedores; (II) Ocorrência de situações que podem afetar negativamente a reputação da instituição, gerando desconformidade por parte da sociedade, fornecedores e outras partes interessadas.</p>	<p>(I) Elaborar um plano de segregação de funções: Desenvolver um plano detalhado que estabeleça claramente as funções e responsabilidades de cada pessoa ou setor envolvido em todas as etapas da licitação e execução do contrato. Garantir que as atividades-chave sejam realizadas por diferentes pessoas ou equipes para evitar conflitos de interesses; (II) Canais de denúncia: Disponibilizar canais de denúncia para que funcionários e fornecedores possam relatar possíveis irregularidades sem medo de represálias; (III) Monitoramento e revisão contínua: Manter um monitoramento constante dos processos licitatórios e contratos em andamento, revisando periodicamente as práticas adotadas e realizando ajustes conforme necessário.</p>	<p>(I) Organograma com monitoramento cíclico e participativo por parte de cada chefe de setor; (II) Plano de segregação de funções elaborado; (III) Canais de denúncia disponibilizados; (IV) Relatório do monitoramento e revisão contínuos elaborado.</p>	<p>FAN</p>	<p>16</p>	<p>Governança</p>	<p>N. Eficiente e Comprometida</p>	<p>1ª Linha ou 2ª Linha</p>
<p>11. Garantir que as ações de integridade e compliance pactuadas com a CGM no âmbito do Previne Niterói (biênio - 2022/2023) sejam devidamente comunicadas pela equipe ao novo gestor no caso de descontinuidade.</p>	<p>EIXO 3</p>	<p>Desconhecimento por parte da nova equipe e do novo gestor sobre os compromissos e ações de integridade previamente acordados com a Controladoria-Geral do Município (CGM) pode potencialmente colocar em risco o êxito global da implementação do Plano de Integridade.</p>	<p>Em caso de descontinuidade, é fundamental comunicar de forma imediata à nova equipe e ao novo gestor os compromissos e as ações acordadas com a Controladoria-Geral do Município (CGM), visando garantir a continuidade na execução do Programa de Integridade.</p>	<p>(I) Registro da comunicação realizada à nova equipe e ao novo gestor; (II) Ata de reunião com a nova equipe e com o novo gestor elaborada.</p>	<p>CGM</p>	<p>16</p>	<p>Governança</p>	<p>N. Eficiente e Comprometida</p>	<p>1ª Linha ou 2ª Linha</p>
<p>12. Realizar evento interno (Rodas de Conversa) em celebração ao 09 de dezembro - "Dia Internacional de Combate à Corrupção", destacando as ações que estão sendo implementadas para combater a corrupção na administração pública municipal.</p>	<p>EIXO 1</p>	<p>Desconhecimento das ações para o combate à corrupção na FAN.</p>	<p>Elaborar ação para o Dia Internacional de Combate à Corrupção.</p>	<p>Evento/ação realizado.</p>	<p>CGM</p>	<p>16</p>	<p>Governança</p>	<p>N. Eficiente e Comprometida</p>	<p>1ª Linha ou 2ª Linha</p>
<p>13. Mensurar o grau de maturidade do órgão ou entidade mediante aplicação do "Questionário de Maturidade da Gestão e Controle" disponibilizado pela CGM, visando identificar as forças e as fraquezas nos diversos níveis de governança e gestão para facilitar a tomada de decisões da Alta Administração.</p>	<p>EIXO 2</p>	<p>Identificação equivocada ou ausência de identificação das forças e fraquezas do órgão, prejudicando o ponto de partida de aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos.</p>	<p>Aplicar o "Questionário de Maturidade da Gestão e Controle" disponibilizado pela CGM e debater, junto às equipes responsáveis, os resultados apresentados.</p>	<p>Questionário de maturidade preenchido.</p>	<p>CGM</p>		<p>Governança</p>	<p>N. Eficiente e Comprometida</p>	<p>1ª Linha ou 2ª Linha</p>
<p>Atribuições e Responsabilidades da Alta Administração: O cumprimento do Plano é ação de integridade e, para isso, será necessária a participação efetiva da alta administração, através da assinatura do gestor responsável no "Termo de Compromisso" e aprovação e execução das ações, de acordo com cronograma pré-estabelecido, conforme Art. 1º do decreto 13.877/2021.</p>		<p>Atribuições e Responsabilidades dos Controles Internos Setoriais: As unidades de controle interno setoriais dos órgãos e entidades da administração pública deverão ter participação ativa tanto na elaboração, quanto na execução das ações dos planos.</p>		<p>Atribuições e Responsabilidades da CGM NITERÓI: estabelecerá as diretrizes dos Planos de Integridade que terão a denominação de "Plano de Integridade Previne Niterói", irá elaborar matriz de Riscos de Integridade quanto às ações, bem como, apresentará formas de mitigação com indicadores que refletirão o grau de cumprimento das ações do Plano de Integridade Previne Niterói. Com base nos indicadores, a CGM-Niterói elaborará periodicamente Relatórios de Monitoramento e Avaliação que serão publicizados.</p>					
<p>Exatos: Eixo 1: Incorporação de padrões elevados de conduta pelos agentes públicos Eixo 2: Análise de maturidade e gerenciamento dos riscos e fortalecimento dos controles Eixo 3: Estratégias de transparência, controles de efetividade das políticas públicas e participação social</p>									
<p>Objetivo: O Plano de Integridade – PREVINE NITERÓI, regulamentado pelo Decreto 13.877/2021, tem o objetivo de instituir estratégias e ações para disseminação da cultura de integridade nos órgãos e/ou entidades na administração pública municipal de Niterói com o intuito de expandir o seu alcance para as políticas públicas por eles implementadas e monitoradas, bem como para fornecedores ou organizações privadas com as quais mantenham relação, a fim de garantir a integridade, a transparência pública, o controle social e o combate à irregularidades na administração pública municipal.</p>									

Legenda:

<p>NITERÓI ORGANIZADA E SEGURA Mobilidade Desenho e Ordenamento Urbano Prevenção e Segurança</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Requalificação Urbana do Centro de Niterói – Fase I 2. Mobilidade Sustentável: Transição para o Estado do VLT 3. Plano Diretor de Niterói 4. CGM – Centro Integrado de Segurança Pública 5. Núcleo de Segurança 6. Nova Guarda Municipal 7. Niterói Resiliente 	
<p>NITERÓI SANAVIDA Saúde Saneamento Gestão de Resíduos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mata Sã 2. Qualidade de Água Hospitalar 3. Universalização da Rede de Saneamento 4. Distribuição de Água Tratada 5. Niterói Sã 	
<p>NITERÓI ESCOLARIZADA E INOVADORA Educação CAT</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade na Educação 2. Mata Intelectual 3. Niterói Digital 	
<p>NITERÓI PRODUTIVA E INCLUSA Desenv. Econômico Inovação Produção</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Investimentos 2. Mercado Municipal Feliciano José 3. Saracá Niterói 4. Niterói nas Olimpíadas 2016 	
<p>NITERÓI VIBRANTE E ATRAENTE Novo Governança Turismo Esporte Cultura & Entretenimento</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Enxada Limpas 2. Niterói Além do Verde 3. Cidade da Voz 4. Niterói Cultural 5. Niterói Bem Cultivada 6. Região Oculina Pós-Sustentável 	
<p>NITERÓI INCLUSA Inclusão de Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Niterói Melhor 2. Crack: É Preciso Vencer 3. Niterói Sem Máfia 	
<p>NITERÓI TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA Gestão Pública Participação Cidadã Integridade Regeneração</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão Integrada e Moderna 2. Atendimento de Qualidade 3. Prefeitura Móvel 4. Niterói Transparente 5. Bispulário da Previdência Municipal 	



Fonte:
<https://www.portalplanejamento.niteroi.rj.gov.br/>
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
<https://www.participa.org.br/gov/>